

# RAMIFICAÇÕES DO COLONIALISMO DIGITAL: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO A PONTA DO ICEBERG

Paulo Boa Sorte\*

## RESUMO

Este ensaio discute como a inteligência artificial, apresentada como símbolo de inovação e progresso, oculta estruturas de dominação que reproduzem lógicas coloniais em moldes digitais. Utilizando a metáfora do *iceberg*, o texto revela as camadas submersas do colonialismo digital, como o controle econômico, a hegemonia tecnológica e a precarização do trabalho. Analisam-se as condições desumanas de moderadores de conteúdo e anotadores de dados, essenciais para o funcionamento da IA. A proposta é de uma abordagem crítica, educativa e ética para resistir a essas dinâmicas. Destaca-se a urgência de regulação e educação continuada como caminhos possíveis para reverter esse cenário desigual.

**Palavras-chave:** Colonialismo digital. Inteligência artificial. Plataformas. Trabalho precário. Justiça educacional

---

\* Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP. Professor Associado do Departamento de Letras Estrangeiras (DLES) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0785-5998>. E-mail: pauloboasorte@academico.ufs.br

## RAMIFICATIONS OF DIGITAL COLONIALISM: ARTIFICIAL INTELLIGENCE AS THE TIP OF THE ICEBERG

### ABSTRACT

This essay explores how artificial intelligence, often framed as a symbol of innovation and progress, conceals underlying structures of domination that replicate colonial logics in digital form. Through the iceberg metaphor, the text uncovers the submerged layers of digital colonialism—economic control, technological hegemony, and labor exploitation. It examines the harsh realities of content moderators and data annotators, whose invisible labor sustains AI systems. The author advocates for critical, ethical, and educational responses to challenge these dynamics, emphasizing the need for regulation, and lifelong education, as ways to counter growing global inequalities.

**Keywords:** Digital colonialism. Artificial intelligence. Platforms. Precarious labor. Educational justice.

## RAMIFICACIONES DEL COLONIALISMO DIGITAL: LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL COMO LA PUNTA DEL ICEBERG

### RESUMEN

Este ensayo analiza cómo la inteligencia artificial, presentada como símbolo de innovación y progreso, encubre estructuras de dominación que reproducen lógicas coloniales en clave digital. A través de la metáfora del iceberg, se revelan las capas sumergidas del colonialismo digital, como el control económico, la hegemonía tecnológica y la precarización del trabajo. Se examinan las condiciones laborales deshumanizantes de moderadores de contenido y anotadores de datos, fundamentales para el funcionamiento de la IA. El autor propone respuestas críticas, éticas y educativas, destacando la necesidad de regulación y educación continua como caminos para enfrentar estas desigualdades.

**Palabras clave:** Colonialismo digital. Inteligencia artificial. Plataformas. Trabajo precario. Justicia educativa.

## 1 INTRODUÇÃO

Este ensaio se materializa durante o marco histórico da disponibilização comercial de modelos de linguagem em larga escala apoiados por inteligência artificial (IA), especialmente IA generativa. Nesse evento, há uma marcada mistificação alimentada fortemente pela publicidade das poderosas empresas de tecnologia, de maioria estadunidense. Não se trata apenas de uma guerra comercial cuja concentração de poder e lucro em um ou dois países expõe tensões estruturais no sistema global. Há uma agenda de protecionismo, hegemonia e centralismo autoritário que preserva lógicas coloniais sob o disfarce de inovação e progresso. Na imprensa, lemos:

*CEOs de big techs têm lugar de destaque na posse de Trump, e Musk comemora ‘retorno do rei’ Mark Zuckerberg* (Portal G1, 2025).

*A cerimônia de posse e o início da oligarquia das big techs nos EUA* (Congresso em Foco, 2025).

*Big techs e Donald Trump: o que está em jogo nessa aliança?* (O Estadão, 2025).

*Como Elon Musk assumiu o controle da burocracia federal no governo Trump* (O Globo, 2025).

*Entenda a decisão da Meta, dona do Instagram e Facebook, de acabar com checagem de informação* (Band, 2025).

*DeepSeek: o app chinês que superou ChatGPT em popularidade e virou de cabeça para baixo mercado de IA* (BBC News Brasil, 2025).

Em uma leitura mais atenta dessas reportagens, percebo como pano de fundo aquilo que, em publicações anteriores (Boa Sorte, 2024; Boa Sorte, 2025), denominei colonialismo digital, *i.e.*, o emprego de tecnologias digitais no exercício de supremacia sobre sistemas políticos econômicos e sociais de outro país. Um modelo de dominação que, embora não envolva ocupação física, reproduz lógicas do colonialismo clássico em moldes tecnológicos (Boa Sorte, 2024; Kwet, 2021; Avelino, 2021; Faustino; Lippold, 2023; Silveira, 2023).

A metáfora do *iceberg*, evocada no título deste ensaio, servirá como elo conceitual entre os dois principais temas que pretendo explorar: as ramificações do colonialismo digital impulsionadas pela inteligência artificial; e as dinâmicas de dominação, controle, concentração de renda e precarização do trabalho nos meios digitais como configuração da continuidade — em novas roupagens — do colonialismo clássico. Ao desafiar os discursos hegemônicos que naturalizam a tecnologia como neutra, trago questões invisibilizadas para examinar como o colonialismo digital se reproduz e, ao mesmo tempo, refletir sobre possibilidades de resistência baseadas na diversidade cultural e no combate às desigualdades.

Situo este texto no campo da Linguística Aplicada por compreender que é também de nossa responsabilidade estudar o fenômeno do colonialismo digital e suas ramificações. Esse estudo ultrapassa os limites da tecnologia, configurando-se como uma questão profundamente sociopolítica atravessada

pelos linguagens – desde as de programação até aquelas expressas por meio da multimodalidade. Essa tarefa exige uma abordagem indisciplinar (Moita Lopes, 2006) e suleada (Silva Júnior; Matos, 2019), capaz de reconhecer que os impactos desse novo colonialismo recaem de forma mais intensa sobre os países do Sul Global.

## 2 COLONIALISMO DIGITAL E IA COMO FORMAS DE DOMINAÇÃO: EM DIREÇÃO AO ICEBERG

A parte visível do *iceberg*, muitas vezes percebida como inofensiva, corresponde aos elementos tecnológicos com os quais interagimos diariamente por meio de dispositivos como smartphones. Trata-se de componentes como dados, algoritmos, automação, interfaces e modelos de negócios bem como os próprios sistemas operacionais (como Android e iOS), aplicativos amplamente utilizados (como redes sociais, serviços de transporte e plataformas de hospedagem), e os hardwares que viabilizam sua execução — processadores, sensores, câmeras e chips de geolocalização.

A minha ênfase, no entanto, será na porção submersa do *iceberg*, cuja complexidade ainda permanece, em grande parte, encoberta. Aponto, a seguir, cinco formas de dominação associadas ao colonialismo digital e à inteligência artificial, com ênfase na dimensão estrutural (Kwet, 2019), isto é: dominação econômica; controle imperial; capitalismo de vigilância global; vigilância estatal imperial; e hegemonia tecnológica.

Quadro 1: Dimensão estrutural das formas de dominação

Forma de dominação	Descrição Sintética	Exemplos De Hardware/ Software
DOMINAÇÃO ECONÔMICA	Corporativismo digital que substitui a colonização física; <i>Big Techs</i> controlam setores chave da vida digital, com extração de valor no Sul Global	Android, iOS, Windows, Google Chrome, Facebook, Amazon Web Services, Google Docs, Microsoft Office
CONTROLE IMPERIAL	Infraestrutura digital imposta no Sul Global para atender aos interesses do Norte; enfraquecimento da soberania local via governança privatizada	Free Basics (Facebook), DRM, servidores proprietários, redes privadas
CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA	Parcerias Estado-corporações para coleta massiva de dados; uso de <i>Big Data</i> para ranqueamentos, curadoria e segmentação algorítmica	SDKs do Android, rastreadores em apps como Airbnb, algoritmos de personalização
VIGILÂNCIA ESTATAL EMPRESARIAL	Cooperação entre agências de inteligência e <i>Big Techs</i> para espionagem global, inclusive sobre países do Sul Global e ONGs	PRISM (Microsoft, Google, Apple), UPTREAM (NSA), redes de vigilância internacional
HEGEMONIA TECNOLÓGICA	Ideologia de progresso inevitável que naturaliza centralização e marginaliza alternativas; domínio cultural e estrutural da narrativa tecnológica	Cidades inteligentes, nuvens centralizadas, IA preditiva, Big Data, sistemas proprietários

Fonte: Kwet (2019)

A **dominação econômica** como base submersa do *iceberg* é representada por corporações como Google e OpenAI. Entendo que elas estejam visíveis na superfície, pois os aplicativos e sistemas operacionais são uma extensão quase biológica de nossas capacidades e ações cotidianas. Todavia, abaixo da superfície, escondem-se estruturas monopolistas mais profundas, como o controle da infraestrutura global, causando rupturas nas estruturas sociais e econômicas tradicionais, criando assim um desafio de governança para as sociedades (Cortiz, 2022), especialmente em relação à regulação tecnológica e ao controle

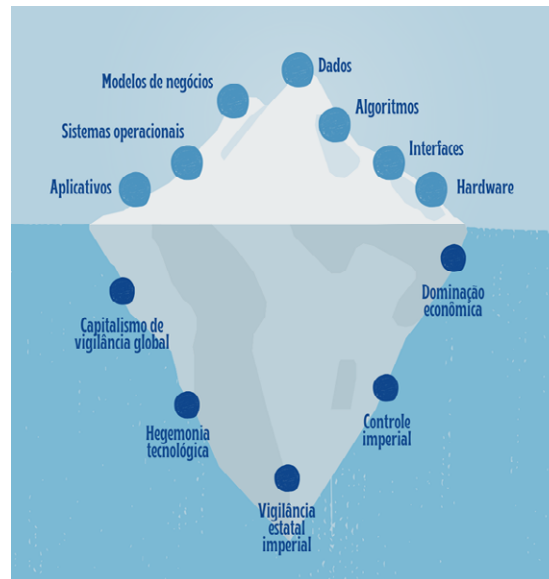
democrático sobre as plataformas digitais. Máquinas altamente sofisticadas, protocolos digitais e códigos computacionais são utilizados para coletar enormes volumes de dados pessoais dos usuários, gerando lucro a partir dessas informações enquanto concentram recursos financeiros e poder tecnológico em um único país (Boa Sorte, 2024; Kwet, 2019; Faustino; Lippold, 2023; Cassino; Souza; Silveira, 2023). É nesse contexto que o **controle imperial** emerge. As diferenças do colonialismo digital para o clássico não são substanciais. As ferrovias aparentemente benéficas às colônias, na era clássica, na realidade, facilitavam a extração de recursos (Reidenberg, 1998). No colonialismo digital, por sua vez, projetos como Kuiper (Amazon) e Starlink (SpaceX) buscam fornecer internet global por satélites, oferecendo conexão acessível ou gratuita em áreas remotas ou países em desenvolvimento (Vasconcelos, 2024). Essas iniciativas geram debates sobre governança digital, privacidade, neutralidade da rede e concentração de poder nas *big techs* do Norte Global.

De maneira complementar, o **capitalismo de vigilância** traz preocupações consideráveis. De fato, não se pode negar que os aplicativos e as plataformas digitais facilitam nosso cotidiano, sobretudo no desempenho das tarefas rotineiras. Mas por trás da conveniência de suas sugestões e serviços, há um sofisticado mecanismo de coleta constante de informações pessoais (Machado, 2023). O nosso itinerário, os nossos hábitos e preferências são submetidos a uma meticulosa leitura. Cada interação vira dado. Cada dado é cuidadosamente decifrado e explorado pelas grandes empresas, explicitamente visando lucros.

A **vigilância estatal imperial**, nesse contexto, merece destaque, principalmente por operar de maneira semelhante a um texto cuidadosamente codificado, cuja mensagem está escondida sob múltiplas camadas linguísticas. O caso Snowden é um exemplo prático de vigilância estatal empresarial (Boff; Fortes, 2016). Agências como NSA coletam dados pessoais e sensíveis no Sul Global, minando sua autonomia política, econômica e social sob o pretexto de segurança. Democracias ainda frágeis, como a brasileira, nesse sentido, encontram-se sob constante ameaça.

Completando o conjunto das cinco dimensões estruturais das formas de dominação, destaco a **hegemonia tecnológica**. Ao se apresentar como promessa sedutora de modernização tecnológica e progresso, ela oculta processos que naturalizam desigualdades, marginalizam iniciativas locais e comunitárias e impõem ideologicamente sistemas tecnológicos proprietários. Nesse cenário, a China surge como competidora estratégica dos EUA (Thomazella, 2022; Couldry; Mejias, 2018), com a expectativa de ultrapassá-los até 2030 ou mesmo antes disso. Analisando mais profundamente, essa hegemonia – seja dos EUA, seja da China, os dois grandes polos do poder colonial hoje – conduz sociedades inteiras em direção a um modelo de desenvolvimento controlado externamente, limitando nossa autonomia e interferindo também em nossas culturas.

A imagem 1 representa a metáfora visual do iceberg, ilustrando a disposição dos elementos tecnológicos discutidos anteriormente. Na superfície, encontram-se aqueles visíveis em nosso cotidiano, aparentemente inofensivos; abaixo dela estão os elementos ocultos, submersos e potencialmente mais perigosos, semelhante ao que ocorre com um *iceberg* real.

Imagem 1: Disposição dos elementos tecnológicos na metáfora do *iceberg*.

Fonte: elaboração do autor com base em Kwet (2019)

O colonialismo digital se capilariza, portanto, a partir de elementos visíveis na superfície tecnológica, resultando em profundas ramificações na parte submersa desse fenômeno. Essas ramificações, embora menos evidentes, revelam-se mais perigosas, como ocorre na precarização do trabalho mediado por plataformas digitais.

### 3 CONDIÇÕES DE TRABALHO QUE ALIMENTAM AS MÁQUINAS

Em nosso imaginário, tudo o que acessamos pelos smartphones parece ser pensado, desenvolvido e difundido por engenheiros em seus sofisticados escritórios no Vale do Silício, na Califórnia. No entanto, as redes sociais, modelos de linguagem de IA, plataformas e multiplataformas que consumimos diariamente dependem de uma força de trabalho invisível, precarizada e imposta em escala mundial. É uma realidade ancorada em tarefas repetitivas, mal remuneradas e extremamente desumanas, executadas por trabalhadores da base da pirâmide do mundo digital. Esse é o cerne do colonialismo digital — não diferente, mas sim uma versão atualizada e tecnologicamente mediada do colonialismo clássico. Para compreender mais duas ramificações do colonialismo digital, exploro aqui a realidade dos moderadores de conteúdo — profissionais que removem conteúdo das redes, sinalizando violações das políticas da empresa — e dos anotadores de dados — profissionais que rotulam os dados com etiquetas, tornando-os legíveis e utilizáveis por algoritmos de IA.

Recorro a Muldoon, Graham & Cant (2024) para ilustrar a realidade dos moderadores de conteúdo, profissionais incumbidos de revisar postagens em redes sociais, de forma manual, com o objetivo de remover conteúdos tóxicos e sinalizar violações dos termos de uso das plataformas. Um trabalho que exige visualização de imagens e vídeos extremamente gráficos, como cenas de suicídios, estupro e torturas. Diariamente, esses moderadores podem ser expostos a uma quantidade que varia entre 500 e 1000 casos. Há enormes consequências psicológicas desse desgaste. O aumento de casos de depressão

e tentativas de suicídio são alguns exemplos. Ao reclamarem, os trabalhadores são ordenados a se calar e são lembrados de que podem ser facilmente substituídos.

Os serviços executados por esses trabalhadores compõem um sistema complexo, estruturado a partir da divisão do trabalho em tarefas simples — um modelo das plataformas de microtarefas. Nele, há a contratação, em escala global, de trabalhadores em situação vulnerável, definidos por marcadores como raça, gênero, etnia, nacionalidade, cidadania, idioma, condição migratória e histórico criminal. Sobrepostos à classe social, esses marcadores produzem uma força de trabalho estrategicamente precária. As empresas vencem fronteiras geográficas, restrições de visto e diferenças de fuso-horário, amplificando a precariedade típica do ambiente fabril (Pinheiro, 2024).

Já os anotadores de dados, de maneira semelhante, realizam tarefas exaustivas e repetitivas, como rotular imagens e textos para alimentar sistemas de IA. A remuneração para esse trabalho é muito baixa, cerca de US\$ 2 por hora, sem direitos trabalhistas ou garantias sociais (Gray; Suri, 2019). Um exemplo de como essa tarefa é feita envolve a meticulosa conversão de grandes volumes de dados brutos — como imagens de pessoas, placas, gatos, árvores e carros — em conjuntos curados com elevado grau de precisão. Essa etapa é indispensável para o treinamento de modelos de IA.

Embora esses sistemas demandem enormes quantidades de dados, seu funcionamento depende de um criterioso processo de triagem e rotulagem conduzido por trabalhadores humanos. Há um mercado global em rápido crescimento voltado à anotação de dados, avaliado em US\$ 2,22 bilhões em 2022, com projeção de expansão anual de aproximadamente 30%, podendo superar os US\$ 17 bilhões até 2030 (Muldoon; Graham; Cant, 2024). No fim das contas, a “mágica” da IA é viabilizada pelo trabalho invisível e subvalorizado de milhares de trabalhadores ao redor do mundo. (Jones, 2021). Suas estruturas operacionais impõem obstáculos adicionais à soberania dos trabalhadores na reivindicação, negociação e efetivação de seus direitos. Isso ocorre, sobretudo, devido à imposição de regimes de trabalho autônomo e à lógica transnacional que rege a contratação e o uso da força de trabalho (Valente, 2024).

Compreendo a anotação de dados como um dos fatores desencadeadores dos vieses algorítmicos. São questões que violam os nossos direitos fundamentais, como racismo, transfobia, misoginia, xenofobia, dentre outros, reproduzidos por sistemas automatizados. Isso ocorre porque a classificação de discursos de ódio depende das diretrizes estabelecidas pelas empresas somadas aos valores pessoais e culturais dos trabalhadores envolvidos. Assim, as dinâmicas das plataformas se entrelaçam com as vivências individuais de quem anota os dados.

O estudo de Hettiachchi et al. (2023) aponta que os valores pessoais dos trabalhadores impactam diretamente as tarefas de anotação de discurso de ódio. Ao analisar conteúdos com teor sexista e misógino, os autores identificaram que aspectos como orientação política, convicções morais, traços de personalidade e atitudes sexistas influenciam a precisão das anotações e a tendência dos participantes em classificar certos conteúdos como discurso de ódio. A pesquisa, que contou com 109 anotadores, demonstrou ainda que as definições desses discursos adotadas pelos participantes estavam fortemente moldadas por entendimentos culturais e geográficos, com destaque para a centralidade atribuída a

liberdade de expressão. Destaco o exemplo do Participante 3 ao declarar: “Acho que você deveria poder dizer o que quiser, na maior parte do tempo, desde que não seja uma ameaça [... sou] uma pessoa bastante pró-liberdade de expressão, para ser honesto” (Hettiachchi et al., 2023, p. 45, tradução minha). As falas, registradas em entrevista semiestruturada, demonstram como as noções de discurso de ódio, para muitos anotadores, estão fortemente influenciadas por contextos culturais ocidentais e especificamente pelo referencial jurídico norte-americano.

Por trás da retórica de eficiência e inovação, a IA esconde uma base humana invisibilizada, sustentada por condições de trabalho precárias, sofrimento cotidiano e instabilidade. Essas condições revelam que o desenvolvimento tecnológico não é neutro tampouco isento de custos humanos. Entra em discussão os limites éticos que devem orientar a expansão tecnológica, os modos de produção, moderação e anotação de dados. É preciso avaliar o papel das plataformas digitais na perpetuação das desigualdades globais.

#### **4 DESVIAR A ROTA A TEMPO: É POSSÍVEL? À GUIA DE CONCLUSÕES**

De volta à metáfora do *iceberg*, cabe perguntar: é possível resistir a uma estrutura tão ampla e complexa, sustentada por um grupo restrito de bilionários apoiadores dos ideais da extrema-direita? Ainda é possível alterar o rumo a tempo de evitar o impacto inevitável contra esse *iceberg*?

Como educador, tenho dificuldade em vislumbrar outro caminho que não passe por uma agenda bidirecional de justiça educacional (Cope; Kalantzis, 2023). Ela envolve, por um lado, a promoção de uma pedagogia de inclusão, que reconhece as diferenças de identidade e, por outro, a oferta de uma pedagogia de acesso, voltada à superação da distribuição desigual de recursos sociais e materiais. Para os autores, reconhecer as diferenças é estar na era cibernética, que considera língua(gens) múltiplas, etnias, afinidades, gênero, idade, raça, sexualidade, habilidades físicas e mentais, classe social, relações familiares e recursos de aprendizagem. A era cibernética traz, nesse sentido, a diversidade para o centro da experiência humana com a proliferação de práticas de construção de sentidos altamente diferenciadas nas mídias sociais e no campo das IA.

Se as diferenças sociais forem levadas em consideração e a formação das pessoas, desde a infância, for orientada para a compreensão das estruturas sociais e das dinâmicas desiguais das relações de trabalho, haverá condições mais sólidas para que as próximas gerações reivindiquem o respeito a princípios éticos no desenvolvimento tecnológico, especialmente no campo da IA. Sem uma regulação efetiva, torna-se inviável desviar a rota que nos leva a um possível colapso. Por isso, é fundamental que os letramentos digitais estejam presentes desde os primeiros anos da formação escolar, capacitando estudantes a compreender e construir redes de integridade da informação.

A intensificação da plataformização já rompeu o frágil equilíbrio entre os diversos atores das esferas sociais. O educador, ao estar atento aos processos de datificação e mercantilização que permeiam o cotidiano, pode decifrar o modo como esse ecossistema opera na reconfiguração das dinâmicas de poder. Para além disso, é o educador quem forma sujeitos capazes de reconhecer essas estruturas,

questioná-las e intervir nos seus mais diversos cenários. Um exemplo emblemático dessa dinâmica é o alinhamento das *big techs* estadunidenses aos ideais do segundo mandato de Donald Trump, iniciado em janeiro de 2025.

Reconhecer que estamos vivendo uma revolução tecnológica sem precedentes com a IA (Faustino; Lippold, 2023), nos torna cientes de desafios a serem enfrentados em um futuro muito próximo. A substituição ou extinção de inúmeros postos de trabalho por sistemas automatizados poderá ser acompanhada do surgimento de novas funções, exigindo uma reorganização contínua. A formação técnica apenas não será o suficiente. Será preciso contemplar aspectos éticos.

Questões como propriedade intelectual, direitos autorais e o combate ao plágio ganham centralidade – vide polêmica envolvendo a OpenAI e os estúdios Ghibli (Holland, 2025). Os princípios de transparência, privacidade, respeito e segurança serão continuamente alvo de escrutínio.

Em longo prazo, o caminho é pela educação. A formação das crianças e adolescentes na educação básica, de docentes e discentes da educação superior, e de todo e qualquer profissional que esteja em exercício deve estar comprometida com a construção e o fortalecimento de redes de integridade da informação, de letramentos digitais e promoção de justiça social.

## **5 DECLARAÇÃO SOBRE O USO DE IA GENERATIVA E TECNOLOGIAS ASSISTIDAS POR IA NO PROCESSO DE ESCRITA:**

Durante a preparação deste trabalho, o autor utilizou o ChatGPT com o objetivo de reduzir o número de palavras em alguns parágrafos, a fim de melhorar a legibilidade e a linguagem do manuscrito. Após o uso do modelo de linguagem, o autor revisou e editou o conteúdo conforme necessário e assume total responsabilidade pelo conteúdo do ensaio publicado.

## **REFERÊNCIAS**

AVELINO, R. Colonialismo digital: dimensões da colonialidade nas grandes plataformas. In: CASSINO, J.; SOUZA, J; SILVEIRA, S. (Org). *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

BAND. Entenda a decisão da Meta, dona do Instagram e Facebook, de acabar com checagem de informação. *Band*, 7 jan. 2025. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/entenda-a-decisao-da-meta-dona-do-instagram-e-facebook-de-acabar-com-cheragem-de-informacao-202501071310>. Acesso em: 29 mar. 2025.

BBC NEWS BRASIL. DeepSeek: o app chinês que superou ChatGPT em popularidade e virou de cabeça para baixo o mercado de IA. *BBC News Brasil*, 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cdd9m3rp271o>. Acesso em: 29 mar. 2025.

BOA SORTE, Paulo. Colonialismo Digital. In: LANDULFO, C.; MATOS, D. *Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*, volume 2. Campinas: Pontes, 2024.

BOA SORTE, Paulo. *Inteligência artificial, linguagens e educação*. Aracaju: Editora IFS, 2025.

BOFF, Salete Oro; FORTES, Vinícius Borges. Internet e proteção de dados pessoais: uma análise das normas jurídicas brasileiras a partir das repercussões do caso NSA vs. Edward Snowden. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, v.

36, p. 11-34, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/58918/38152>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CASSINO, João; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio. (Org). *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CONGRESSO EM FOCO. A cerimônia de posse e o início da oligarquia das big techs nos EUA. *Congresso em Foco*, 2025. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/coluna/106209/a-cerimonia-de-posse-e-o-inicio-da-oligarquia-das-big-techs-nos-usa>. Acesso em: 29 mar. 2025..

COPE, Bill.; KALANTZIS, Mary. On Cyber-Social Meaning: The Clause, Revised. *The International Journal of Communication and Linguistic Studies*, v.21, issue 2, 2023.

CORTIZ, Diogo. A narrative review of fairness and morality in neuroscience: insights to artificial intelligence. *AI and Ethics*, v. 3, n. 3, p. 769–780, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s43681-022-00203-2>. Acesso em: 1 abr. 2025.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises. Data colonialism: rethinking big data's relation to the contemporary subject. *Television & New Media*, v. 20, n. 4, p. 336-349, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1527476418796632>. Acesso em: 18 mar, 2025.

FAUSTINO, Deivison.; LIPPOLD, Walter. *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. São Paulo: Boitempo, 2023.

G1. Musk, Zuckerberg e Bezos: CEOs de big techs comparecem à posse de Trump nos EUA. *G1*, 20 jan. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/20/musk-zuckerberg-e-bezos-ceos-de-big-techs-comparecem-a-posse-de-trump-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 29 mar. 2025.

GRAY, Mary; SURI, Siddharth. *Ghost Work: How to Stop Silicon Valley from Building a New Global Underclass*. New York: Harper Business, 2019.

HETTIACHCHI, Danula; HOLCOMBE-JAMES, Indigo; LIVINGSTONE, Stephanie; DE SILVA, Anjalee; LEASE, Matthew; SALIM, Flora D.; SANDERSON, Mark. How crowdworker factors influence subjective annotations: a study of tagging misogynistic hate speech in tweets. In: *PROCEEDINGS OF THE ELEVENTH AAAI CONFERENCE ON HUMAN COMPUTATION AND CROWDSOURCING (HCOMP 2023)*. [S.l.]: AAAI Press, 2023.

HOLLAND, Oscar. Entenda a polêmica envolvendo IA e o Studio Ghibli. *CNN Brasil*, 28 mar. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/entenda-a-polemica-envolvendo-ia-e-o-studio-ghibli/>. Acesso em: 1 abr. 2025.

JONES, Phil. The Mechanical Turk. *Verso Blog*, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://www.versobooks.com/en-gb/blogs/news/5223-the-mechanical-turk>. Acesso em: 31 mar. 2025.

KWET, Michael. Digital Colonialism: The Evolution of US Empire. *Transnational Institute*. 4 mar, 2021. Disponível em: <<https://longreads.tni.org/digital-colonialism-the-evolution-of-us-empire>> Acesso em: 20 mar, 2025.

KWET, Michael. *Digital Colonialism: South Africa's Education Transformation in the Shadow of Silicon Valley*. 392 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Rhodes University. Makhanda, África do Sul, 2019.

MACHADO, Débora Franco. A colonização dos dados como produto das operações das mídias sociais no sul global. In: CASSINO, José.; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio. (Org). *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MULDOON, James; GRAHAM, Mark; CANT, Callum. *Feeding the Machine: The Hidden Human Labour Powering AI*. [S.l.]: Canongate Books, 2024. Disponível em: <https://www.amazon.com/Feeding-Machine-Hidden-Labour-Powering-ebook/dp/B0CQKGYMCL>. Acesso em: 10 mar. 2025.

- O ESTADÃO. Donald Trump, big techs e o que está em jogo nessa aliança. *E-Investidor - O Estado de S. Paulo*, 2025. Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/negocios/donald-trump-alianca-big-techs-o-que-ganham/>. Acesso em: 29 mar. 2025.
- O GLOBO. Como Elon Musk assumiu o controle da burocracia federal no governo Trump. *O Globo*, 17 mar. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/03/17/como-elon-musk-assumiu-o-controle-da-burocracia-federal-no-governo-trump.ghml>. Acesso em: 29 mar. 2025.
- PINHEIRO, Lucas. Protocols of production: the absent factories of digital capitalism. *American Political Science Review*, v. 118, p. 1–14, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0003055424000911>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- REIDENBERG, Joel R. Lex Informatica: the formation of information policy rules through technology. *Texas Law Review*, v. 76, n. 3, p. 553-593, 1998. Disponível em: [https://ir.lawnet.fordham.edu/faculty\\_scholarship/42/](https://ir.lawnet.fordham.edu/faculty_scholarship/42/). Acesso em: 17 mar. 2025.
- SILVA JÚNIOR, Antônio Carlos. Sulear. In: MATOS, Doris Cristina. Olhares outros. In: MATOS, D.; LANDULFO, C. (org.). *Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022, p. 339-349.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: CASSINO, José.; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio. (Org). *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.
- THOMAZELLA, Fábio Jorge de Toledo. *A hegemonia tecnológica e a disputa comercial China-Estados Unidos: como os argumentos jurídicos revelam os interesses políticos estadunidenses*. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003119729>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- VALENTE, Jonas. Data workers in AI development: challenges to labor sovereignty in digital labor platforms and global production networks. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, e7302, dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v20i2.7302>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- VASCONCELOS, Eduardo. Serviço de banda larga dos satélites Kuiper chega em 2025, confirma Amazon. *TeleSín-tese*, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://www.telesintese.com.br/servico-de-banda-larga-dos-satelites-kuiper-chega-em-2025-confirma-amazon/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

